

FORMAÇÃO EM MOVIMENTO: EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONSTRUÇÃO DO CUIDADO NOS TERRITÓRIOS DA PESCA ARTESANAL

TRAINING IN MOTION: CONTINUING EDUCATION AND CARE-BUILDING IN ARTISANAL FISHING TERRITORIES

Submissão:
08/07/2026
Aceite:
31/08/2026

Adriana Côrtes Melo ¹  <https://orcid.org/0009-0003-1118-3906>

Bruno Barbosa Almeida ²  <https://orcid.org/0009-0002-9153-6275>

Risia Raphaely do Rêgo Barros Melo ³  <https://orcid.org/0000-0002-2121-6471>

Sara Rebeca da Silva Oliveira ⁴  <https://orcid.org/0000-0003-4246-6506>

Daniel Figueiras Alves ⁵  <https://orcid.org/0009-0001-6940-114X>

Gabriella Barreto Soares ⁶  <https://orcid.org/0000-0003-1382-9339>

Resumo

Este estudo objetiva analisar a experiência do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Atenção Primária à Saúde nos Territórios da Pesca Artesanal, vinculado ao projeto “Formação-ação em saúde e ambiente em territórios da pesca artesanal no litoral nordestino” e integrado às ações de pesquisa e extensão do Grupo de Reflexão e Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Trata-se de um relato de experiência fundamentado na sistematização de Oscar Jara, com abordagem qualitativa e participativa. A experiência envolveu profissionais da Atenção Primária à Saúde de territórios da pesca artesanal na Paraíba e Pernambuco, com participação de discentes extensionistas no planejamento e tutoria pedagógica. Os resultados evidenciam a Educação Permanente em Saúde como transformadora de práticas, ampliando o olhar sobre a determinação social, o reconhecimento da articulação entre trabalho e adoecimento e o fortalecimento de ações territorializadas, reduzindo iniquidades nos territórios dos povos das águas.

Palavras-chave: Educação Permanente em Saúde; Atenção Primária à Saúde; Pesca artesanal; Saúde do Trabalhador; Povos das águas.

¹ Aluna de Graduação em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB) adrianamelo1240@gmail.com

² Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB brunodontalmeida@gmail.com

³ Dutoranda em Saúde da Família pela Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família - RENASF/UFPB risiabarros.rm@gmail.com

⁴ Aluna de Graduação em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB sarabecao@gmail.com

⁵ Professor do Departamento de Metodologia da Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB danielfigalves@gmail.com

⁶ Professora do Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - UFPB gabriella.barreto@yahoo.com.br

Abstract

This study aims to analyze the experience of the Advanced Training Course for Primary Health Care Professionals in Artisanal Fishing Territories, linked to the project Health and Environment Training-Action in Artisanal Fishing Territories on the Northeastern Coast of Brazil, and integrated into the research and extension activities of the Reflection and Studies Group on Work, Environment, and Health at the Federal University of Paraíba. It is an experience report based on Oscar Jara's systematization methodology, adopting a qualitative and participatory approach. The experience involved Primary Health Care professionals working in artisanal fishing territories in the states of Paraíba and Pernambuco, with the participation of extension students in pedagogical planning and tutoring. The results highlight Permanent Health Education as a transformative approach to health practices, broadening the understanding of the social determination of health, strengthening the recognition of the relationship between work and illness, and enhancing territorially based actions, thereby contributing to the reduction of health inequities in the traditional fishing community territories.

Keywords: Continuing Health Education; Primary Health Care; Artisanal Fishing; Occupational Health; Traditional Communities.

Introdução

Segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira, atualmente o Brasil conta com 1.935.172 pescadores artesanais, estando 55% concentrados na região Nordeste. Realizada em terra ou embarcada, a pesca artesanal une fins comerciais e de subsistência, representando também um elo afetivo e cultural para os pescadores (Gonçalves et al., 2024). A pesca, enquanto dinâmica produtiva orientada pelo capital e submetida à Determinação Social de Saúde (DSS), imprime aos processos de trabalho vulnerabilização e precarização da vida, o que interfere de forma direta no estado de adoecimento dos pescadores (Breilh, 2013). A situação econômica obriga os pescadores a manterem, desde cedo, ritmos extenuantes e excessivas jornadas de trabalho, agravando o desgaste físico e as doenças relacionadas ao trabalho (Rêgo et al., 2018).

No Brasil, uma vez que a pesca artesanal se concentra predominantemente no setor informal, o pescador atua com autonomia não apenas financeira, mas também na autogestão e proteção de sua própria saúde (Mota; Pena, 2014). O enfrentamento das iniquidades em saúde vivenciadas nesses contextos exige a superação de modelos assistenciais hegemônicos, médico-centrados e hospitalocêntricos, bem como carece de incentivos para a construção de políticas públicas integradas e para a materialização da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCEFA), cujo objetivo é promover a saúde respeitando suas diversidades sociais e territoriais (Brasil, 2011).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) consolida-se como um pilar estratégico no território por coordenar o cuidado a partir das especificidades de saúde de cada comunidade, rompendo barreiras da informalidade no trabalho de pescadores, garantindo-lhes assistência adequada, atuando sobre a DSS e reconhecendo o impacto das condições de vida e trabalho no processo saúde-doença (Lima, 2023).

Embora a APS preconize o cuidado integral, as especificidades do trabalho e os modos de vida na pesca artesanal são frequentemente ignorados pelas equipes de saúde. Por serem desconhecidas, as doenças relacionadas ao trabalho na pesca tornam-se invisibilizadas e negligenciadas, dada a ausência de práticas de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação (Pena; Martins; Rêgo, 2013). Comprometem-se o manejo das condições de saúde e o acesso a direitos, capazes de assegurar maior dignidade e qualidade de vida dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que o não reconhecimento e a subnotificação perpetuam a vulnerabilização desses usuários, inviabilizando o acesso a direitos previdenciários fundamentais, como o seguro por acidente de trabalho (Rêgo et al., 2018).

É fundamental que as equipes do SUS integrem a realidade do trabalho do usuário às suas ações de cuidado, e isso exige compreender o processo saúde-doença para além do biológico, reconhecendo-o como uma construção social, cultural e territorial (Gonçalves et al., 2022). Para isso, segundo Ceccim e Feuerwerker (2004), é necessário considerar as iniciativas da Educação Permanente em Saúde (EPS), que se baseiam na reflexão sobre o processo de trabalho para qualificar os profissionais e transformar as práticas e a organização dos serviços conforme as necessidades da população. É desenvolvida de forma coletiva, envolvendo gestores, trabalhadores, usuários e universidade, e parte do princípio de que o conhecimento é construído a partir das experiências vivenciadas pelos trabalhadores diretamente em seus territórios de atuação. Embora a EPS seja fundamental para qualificar as práticas de cuidado e de educação em saúde nos territórios, ela ainda carece de profissionais inseridos nos contextos de populações vulnerabilizadas, a exemplo daqueles que trabalham com a pesca, e, por isso, iniciativas formativas voltadas às especificidades desses povos tornam-se essenciais (Lopes et al., 2021).

Este trabalho, enquanto justificativa, alinha-se aos princípios da PNSIPCFA, orientando-se para a necessidade de formação de trabalhadores de equipes de Saúde da Família, dentro de uma concepção de Educação Permanente e fortalecimento do SUS, voltada para práticas de cuidado sensíveis às especificidades territoriais, culturais e laborais desses povos (Brasil, 2014). Tem como objetivo analisar a experiência do “Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da APS nos Territórios da Pesca Artesanal”, buscando compreender suas contribuições para a qualificação do cuidado, o fortalecimento de vínculos com o território, o reconhecimento de direitos e a incorporação de práticas coerentes com os modos de vida dos povos das águas.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, caracterizado como relato de experiência, cuja sistematização fundamenta-se no referencial metodológico de Oscar Jara. Nessa perspectiva, a sistematização é entendida como um exercício analítico e crítico sobre a experiência vivenciada, que busca tornar visível o movimento do processo vivido, reconstituir seu percurso de forma reflexiva e socializar os aprendizados construídos, ultrapassando o nível meramente descritivo da experiência (Holliday, 2006).

O curso foi realizado pela Fundação Oswaldo Cruz de Pernambuco (Fiocruz/PE) em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Fiocruz Ce-

ará e com apoio financeiro do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Contou com a participação de 10 discentes da UFPB, bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), integrando-se às atividades do Grupo de Reflexão e Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde (GRETAS/UFPB) a partir do projeto aprovado na Chamada pública nº 21/2023 - Estudos Transdisciplinares em Saúde Coletiva, intitulado: “Trabalho, Saúde e Ambiente: tecendo saberes na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis com comunidades tradicionais da pesca nos estados da Paraíba e Pernambuco”, em articulação com o Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (LASAT/IAM/Fiocruz/PE) pelo projeto “Formação-ação em saúde e ambiente em territórios da pesca artesanal no litoral nordestino”.

A aproximação do GRETAS com o território e com lideranças da pesca artesanal teve início em 2023, a partir de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos em parceria com as comunidades da Reserva Extrativista (Resex) Acaú-Goiana, as quais enfrentam injustiças históricas perpetuadas pela negação de direitos básicos, pela ausência de políticas integradas e pela precariedade das condições de saúde e ambientais.

Na Paraíba, o curso ofertou 50 vagas destinadas a profissionais da APS que atuam em territórios de comunidades tradicionais da pesca artesanal dos municípios de Pitimbu, Caaporã, Cabedelo, Bayeux, Baía da Traição, Marcação, Lucena e Goiana, contando também com a participação de representantes do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) João Pessoa e do CEREST Estadual/PB, conforme disposto no Quadro 1. As atividades ocorreram entre abril e julho de 2025, em formato híbrido, com quatro encontros presenciais realizados em João Pessoa e dois momentos remotos.

Quadro 1 - Distribuição de profissionais que participaram do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da APS nos Territórios da Pesca Artesanal, João Pessoa - Paraíba, 2025

Município	Número de profissionais	Categorias profissionais
Baía da Traição e Marcação	4	ACS, Coord. de Saúde bucal - Dentista, Enfermeiro(a), Gerente de Unidade Básica de Saúde
Bayeux	6	ACS, Enfermeiro(a), Técnico(a) de Enfermagem
Cabedelo	4	ACS, Médico(a), Técnico(a) de Enfermagem
Caaporã	4	ACS, Dentista, Enfermeiro(a)
Goiana	6	ACS, Enfermeiro(a), Técnico(a) de Enfermagem
Lucena	5	Auxiliar de Saúde Bucal, Enfermeiro(a), Técnico(a) de Enfermagem
Pitimbu	6	ACS, Enfermeiro(a)
CEREST Estadual/João Pessoa/PB	7	Assistente Social, Coord. do Cerest Estadual, Enfermeiro(a), Médico(a), Psicólogo(a)
Total	42	---

Nota: ACS - Agente Comunitário de Saúde - Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A formação foi estruturada em seis módulos: (1) Identidades, Territórios e Territorialidade dos povos das águas; (2) APS e Educação Popular em Saúde no cuidado aos povos das águas; (3) Saúde e Ambiente: desastres socioambientais, mudanças climáticas e saúde da população das águas; (4) Apresentação Tempo Comunidade 1; (5) Vigilância em Saúde dos Trabalhadores da Pesca Artesanal; (6) Apresentação Tempo Comunidade 2.

A metodologia adotada fundamentou-se nos princípios da Educação Popular, priorizando relações dialógicas que favoreceram a integração entre os cursistas e estimularam a reflexão crítica sobre os temas abordados. Utilizou-se, enquanto estratégia de comunicação popular, a Facilitação Gráfica para ilustrar e explicitar visualmente as temáticas discutidas durante o curso.

A sistematização da experiência foi organizada em 5 etapas interdependentes, conforme o modelo de Jara: 1. Ponto de partida, correspondente à vivência concreta do processo formativo; 2. Contextualização, com a definição do objetivo da sistematização, a delimitação do objeto de análise e o estabelecimento do eixo central, centrado na relação entre território, trabalho da pesca artesanal e práticas da APS; 3. Recuperação do processo vivido, por meio da reconstrução histórica das atividades desenvolvidas, dos conteúdos abordados e das interações estabelecidas entre profissionais de saúde e comunidades; 4. Reflexão de fundo, consistindo na análise crítica e interpretativa da experiência, articulando os achados empíricos aos referenciais da Educação Popular em Saúde e da DSS; 5. Ponto de chegada, voltado à síntese dos aprendizados, à identificação de limites e potencialidades da formação, bem como à identificação de elementos de qualificação das práticas em saúde nos territórios da pesca artesanal.

As informações utilizadas na sistematização derivaram de registros pedagógicos, relatos dos cursistas, produções coletivas (como cartografias sociais e sínteses gráficas), observação participante e materiais educativos e artísticos utilizados ao longo do curso. A análise privilegiou uma abordagem qualitativa, reflexiva e participativa, reconhecendo o caráter situado da experiência e a centralidade do diálogo entre saberes técnicos e populares.

Contextualização e ponto de partida para realização do Curso de Aperfeiçoamento sobre os Povos das Águas

A sistematização contextualizou o serviço da APS em comunidades tradicionais da pesca artesanal na Paraíba, nos municípios de Pitimbu, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Baía da Traição e Lucena; e em Pernambuco, no município de Goiana, incluindo comunidades da Resex Acaú-Goiana.

Os modos de vida nessas comunidades são constantemente ameaçados por processos de exploração econômica, invisibilização social, especulação imobiliária, urbanização desordenada e racismo ambiental, decorrente da desigual distribuição dos impactos ambientais sobre grupos socialmente marginalizados, evidenciando processos históricos de exclusão e injustiça social (Bullard, 1990; Acselrad, 2010). Esses processos têm profundos impactos socioeconômicos, como a perda dos meios de subsistência, dos saberes, das culturas tradicionais e do próprio sentido do território, sendo historicamente configurados como práticas neocoloniais (Souto, 2024). Essa realidade evidencia que o processo saúde-doença é indissociável das condições do território, de vida e de trabalho às quais as comunidades tradicionais estão expostas.

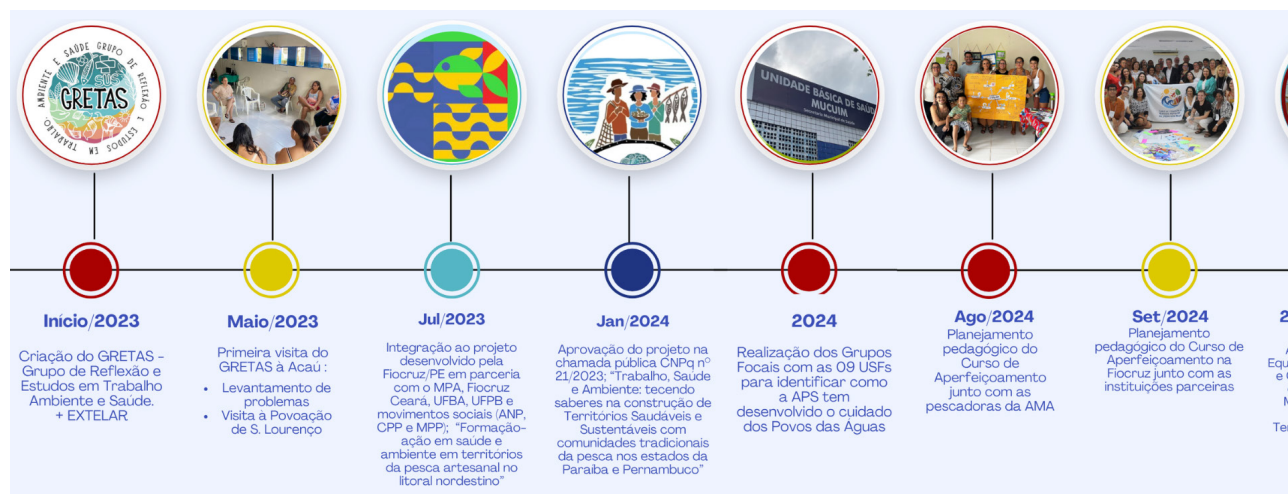
A construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, na perspectiva do conceito ampliado de saúde, requer qualificação e sensibilidade de seus profissionais de saúde acerca de dinâmicas sociais,

conflitos locais, hábitos e condições de trabalho e de ambiente. A reivindicação pela melhoria do serviço partiu da própria comunidade durante a pesquisa-ação em 2023, quando usuários evidenciaram lacunas no cuidado ofertado pelas equipes de Saúde da Família diante de demandas específicas relacionadas à saúde de pescadores.

Em 2024, foi desenvolvida uma pesquisa abrangendo 9 Unidades de Saúde da Família (USF) que atendem às comunidades da Resex Acaú-Goiana, mediante a realização de grupos focais com a participação de 109 profissionais de saúde das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Os encontros foram conduzidos a partir de um roteiro semiestruturado organizado em eixos estratégicos: o conhecimento do território e das populações; a organização do cuidado na APS; as estratégias de promoção e prevenção; a relação entre trabalho, ambiente e saúde; e os desafios do processo de trabalho das equipes. Evidenciou-se como problema central a relação das equipes com o território e o desconhecimento de noções sobre a DSS por fatores como trabalho, questões ambientais, racismo ambiental, entre outros.

Tais demandas da comunidade foram incorporadas ao projeto “Formação-ação em saúde e ambiente em territórios da pesca artesanal no litoral nordestino”, liderado pela Fiocruz/PE em parceria com o MPA, Fiocruz Ceará, UFBA, GRETAS/UFPB, Articulação Nacional das Pescadoras, Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais. Como resultado prático dessa articulação, foram concebidos dois cursos: o “Curso Livre de Agentes Populares em Saúde dos Povos das Águas” e o “Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da APS”. A Figura 1 sintetiza o percurso metodológico da experiência, evidenciando sua construção desde a escuta inicial no território até a execução da proposta pedagógica.

Figura 1 - Linha do Tempo do processo vivido para realização do Curso de Aperfeiçoamento sobre Cuidado dos Povos das Águas.



Fonte: Autores (2025).

Recuperação do processo vivido

A partir do convite da Fiocruz/PE, iniciou-se o planejamento dos cursos destinados a fortalecer os conhecimentos e práticas de pescadores, bem como das equipes de Saúde da Família e do CERE-REST que atuam em comunidades tradicionais da pesca. Foram realizadas reuniões com os 4 estados

envolvidos (Ceará, Bahia, Pernambuco e Paraíba) para o planejamento da execução dos cursos, a formulação do material didático e a apresentação e discussão das especificidades de cada localidade.

Em agosto de 2024, o GRETAS promoveu uma oficina colaborativa com pescadoras e lideranças da Associação de Marisqueiras de Acaú (AMA), a fim de planejar coletivamente metodologias e materiais didáticos para o curso a partir da produção de mapas mentais sobre especificidades do território.

Posteriormente, ocorreu um encontro de alinhamento metodológico na sede da Fiocruz, em Recife. Durante dois dias, os núcleos executivos de cada estado apresentaram suas experiências para a proposta pedagógica dos cursos. Contou com a participação de discentes e docentes da graduação e da pós-graduação das universidades envolvidas, além de representantes de movimentos sociais, pescadoras artesanais dos estados participantes e instituições como o CEREST, o Ministério da Saúde (MS) e o MPA.

No âmbito pedagógico, os estudantes atuaram como tutores dos grupos de trabalhadores participantes, impulsionando discussões e mediando debates. Assumiram as demandas operacionais e logísticas, desde a organização do espaço físico, alimentação e hospedagem até a articulação e a comunicação com os cursistas.

As Secretarias Municipais de Saúde e os CEREST foram convidados mediante carta, sendo informados sobre a proposta e a organização do curso, realizado entre abril e julho de 2025, com carga horária total de 180 horas (100 horas teóricas e 80 de vivência territorial), organizado em seis módulos: quatro presenciais e dois remotos, estruturados em atividades teórico-práticas, aulas dialogadas, discussão de situações-problema, territorialização e uma atividade imersiva na pesca artesanal.

Identities, Territories and Territoriality of the peoples of the waters

O primeiro módulo, em formato presencial no polo de Educação à Distância (EaD) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) de João Pessoa, ocorreu entre 23 e 25 de abril de 2025, demarcando reflexões dos profissionais de saúde sobre quem são os povos das águas. Entre as percepções dos cursistas, esses povos foram caracterizados como homens e mulheres que encontram na água sua principal fonte de sustento e identidade, sendo marcados pela força e resistência frente a adversidades sociais, ambientais e econômicas. Evidenciou-se no debate que, apesar da desvalorização que enfrentam, esses grupos detêm saberes tradicionais, mantendo forte vínculo com o território e desempenhando papel fundamental na preservação ambiental.

Um vídeo com Eliete Paraguassú, marisqueira quilombola da Ilha de Maré - Salvador/BA, foi utilizado como recurso audiovisual para as discussões articuladas com análises de casos locais, notadamente as ameaças ao território e à saúde da população, aprofundando questões de identidade, ancestralidade e valorização das comunidades tradicionais pesqueiras e melhor atuação de profissionais da APS.

Houve a apresentação da PNSIPCFA, pouco conhecida pelos cursistas, com ênfase na origem, nos objetivos e eixos da política. Os profissionais foram divididos em subgrupos atentando-se para duas perguntas norteadoras vinculadas a um dos eixos: “quais ações podemos propor para avançar na garantia do direito à saúde das populações das águas? E quais são os principais desafios para a sua efetivação?”. Receberam material de apoio e ajuda dos facilitadores para a construção de um produto para responder às questões formuladas.

Após os debates, os grupos trouxeram a urgência de qualificar o SUS para a realidade dos trabalhadores da pesca, o que inclui flexibilizar horários, descentralizar as ações para espaços comunitários (como colônias de pescadores e associações), usar comunicação acessível (uso de redes sociais e linguagem simples) e realizar formações com a equipe sobre processos saúde-doença específicos da pesca, com especial atenção às mulheres pescadoras. No âmbito da gestão, destacou-se a falta de saneamento básico, o subfinanciamento, a cobertura insuficiente e a pressão por metas numéricas, que mecanizam o cuidado. No campo social, sobressaíram a precarização do trabalho, o analfabetismo, a resistência masculina em buscar atendimento e as falhas na comunicação, marcadas pelo uso de termos técnicos pelos profissionais de saúde.

Aprofundando a base teórica, discutiu-se, por meio de aula expositiva, a DSS na pesca artesanal sob os recortes de gênero, raça e classe, à luz de Breilh (2013), seguida pela dinâmica do “Café Mundial” para a construção das matrizes de processos críticos. A metodologia foi estruturada em rodadas curtas de conversa em que os participantes são divididos em pequenos grupos distribuídos em mesas. Elaboraram matrizes a partir da identificação de processos destrutivos e expressões protetoras nos planos geral (macroestrutural), particular (comunitário) e singular (individual).

Na discussão, os cursistas formularam que, no plano macroestrutural, os territórios enfrentam processos destrutivos como a crise climática, o racismo ambiental, a poluição, a ausência de políticas públicas e a precarização do trabalho. No âmbito comunitário, isso se expressa em vulnerabilização social, falta de saneamento, desemprego e marginalização da juventude; e, no nível individual, em adoecimento físico e mental, baixa autoestima, uso de drogas e dificuldades de acesso à saúde. Como fatores de proteção, apontaram, no plano macro, o fortalecimento do SUS, da previdência e da proteção ambiental; no comunitário, a ampliação da infraestrutura e dos serviços; e, no individual, o fortalecimento da identidade cultural, da saúde mental e de práticas de autocuidado e prevenção.

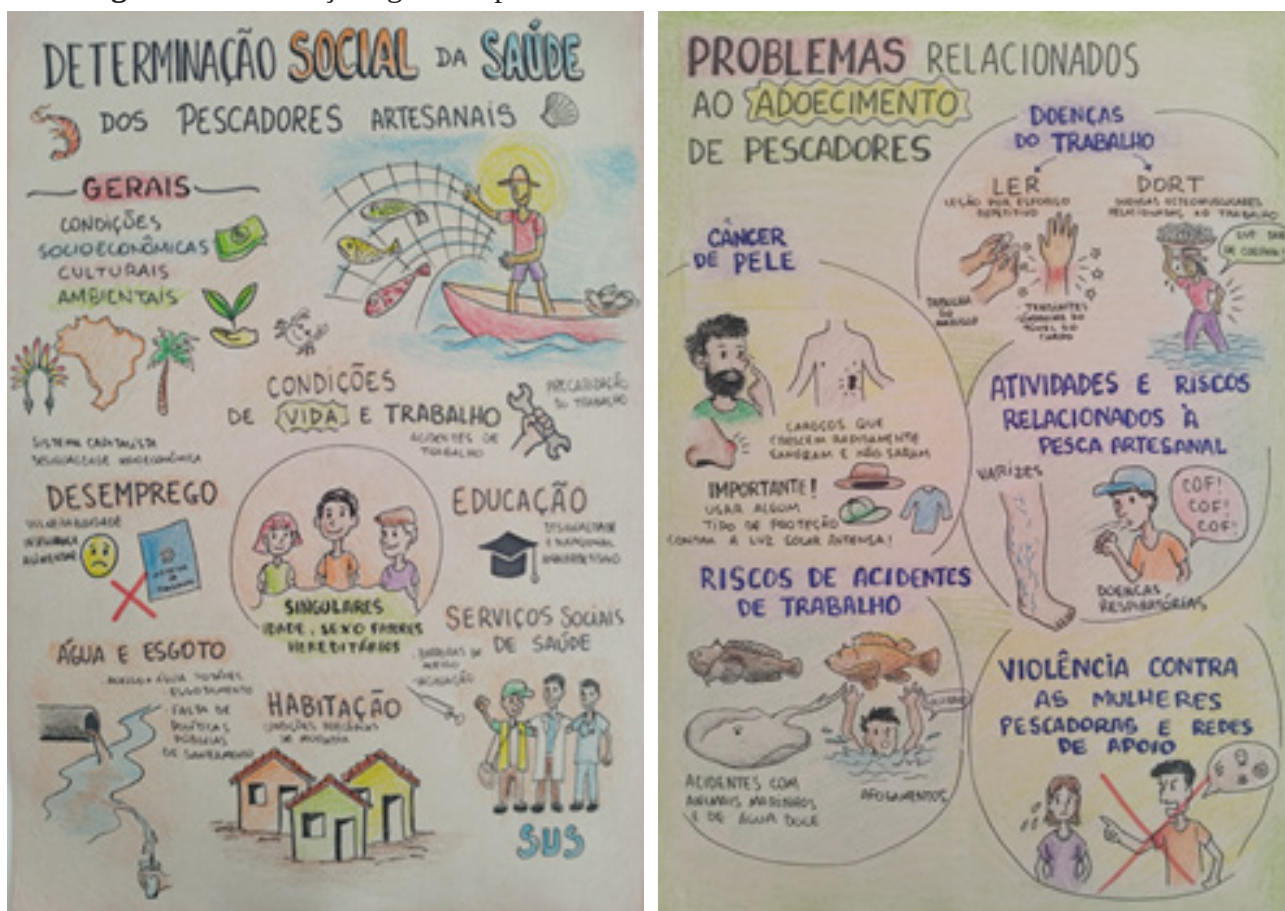
Figura 2- Dinâmica do Café Mundial.



Fonte: Acervo da pesquisa (2025).

Durante as dinâmicas do curso, a facilitação gráfica foi utilizada como estratégia de síntese, atenta à compreensão das relações entre as condições de vida, trabalho, meio ambiente e os processos de saúde e adoecimento.

Figura 3 - Facilitações gráficas produzidas durante o curso



Fonte: Ilustrador Gráfico do GRETAS (Caio Cavalcante), 2025.

A cartilha “A saúde das pescadoras artesanais” foi utilizada como estratégia pedagógica para o engajamento e a qualificação do atendimento às comunidades. Organizada em grupos, abarcou a resolução de situações-problema relacionadas ao adoecimento de pescadores, identificando questões, aprofundando análises e propondo soluções para os casos e situações no território. Como destaque nas apresentações, trouxeram o papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na articulação com o território e a relevância da atuação da equipe multiprofissional em contraponto ao modelo médico-centrado, ressaltando a importância da integração entre os saberes da equipe e da comunidade para a efetivação da integralidade do cuidado.

Outro ponto observado foi o desconhecimento de muitos profissionais sobre a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e o papel do CEREST. A negligência na emissão do documento é prejudicial e impede o acesso de pescadores a tratamentos adequados e aos benefícios previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo sua emissão uma responsabilidade de toda a equipe. Os cursistas reconheceram o nexos causal do adoecimento com as DSS, compreendendo a adequada emissão de laudos como um meio para a garantia de direitos trabalhistas.

A temática da relação entre trabalho, território e exposição a contaminantes ambientais abordou

os riscos à saúde dos pescadores decorrentes do contato com agentes tóxicos, bem como da exposição a agrotóxicos, petróleo e metais pesados, como o chumbo, e da contaminação da água nos territórios, agravada pelo descarte irregular de rejeitos industriais. Foi debatido o impacto de desastres de grandes proporções, a exemplo do derramamento de óleo em 2019, que causou danos ambientais e socioeconômicos severos às populações pesqueiras.

No tema da Territorialização em Saúde, foram abordados os conceitos estruturantes: lugar, espaço geográfico, território, territorialidade e territorialização. Os participantes, divididos por números de 1 a 5, escreveram suas próprias definições sobre um dos conceitos. A música “Meu Lugar”, de Arlindo Cruz, foi apresentada para guiar uma discussão que integrasse os temas abordados, a fim de evidenciar as profundas desigualdades, o racismo e a violência que afligem seus territórios, seja pela ação do Estado, seja por sua completa ausência, que abre espaço para a presença do tráfico e das facções.

Em seguida, os participantes foram organizados em grupos por afinidade territorial e semelhança de conjuntura: Acaú e Caaporã; Goiana; Baía da Traição, Marcação, Lucena e CEREST; e Bayeux e Cabedelo. Cada grupo elaborou um quadro em cartolina, sistematizando as dificuldades e potencialidades dos territórios sob cinco dimensões: política/poder, cultural, econômica, ambiental e sanitária.

A socialização das discussões demonstrou que as comunidades analisadas compartilham desigualdades estruturais, marcadas pela atuação desigual do Estado, com fragilidades nas políticas públicas, na gestão e no acesso a direitos, além do marcante contexto de violência. Em comum, também foi notada a baixa valorização do trabalho local e da cultura tradicional. No campo econômico, apesar de poucos investimentos, as comunidades possuíam potencial no comércio, na pesca e no turismo comunitário. Ambientalmente, havia degradação e poluição, ao mesmo tempo em que dispunham de ricos recursos naturais. Na dimensão sanitária, predominaram problemas de saneamento e vigilância, com o SUS, a APS e as organizações comunitárias como principais potencialidades para o cuidado no território.

Ao final da discussão, foi destacada a importância de cada participante refletir criticamente sobre seu território, reconhecendo tanto as dificuldades quanto as potencialidades, compreendendo que, para além dos problemas, há caminhos e soluções que devem ser construídos localmente e democraticamente em conjunto com a comunidade.

Para introduzir a temática da saúde integral para pescadoras e marisqueiras, foi exibido o documentário “O mar que habita em mim” e posteriormente houve a realização de uma roda de conversa com Agentes Populares em Saúde dos Povos das Águas. A partir das falas dos convidados, foram discutidos temas como marcadores sociais (gênero, raça, classe e identidade de gênero), racismo ambiental e saúde mental. A atividade possibilitou aos cursistas ampliar a compreensão sobre o ofício da mariscagem, além de favorecer a percepção do nexo entre trabalho e adoecimento nas demandas que chegam cotidianamente às suas Unidades de Saúde. Também foram suscitadas reflexões acerca da invisibilidade desses processos, especialmente no campo da saúde mental das mulheres pescadoras. Esse momento evidenciou a importância da educação popular em saúde, do reconhecimento do racismo ambiental, da valorização dos saberes territoriais e do papel ativo dos profissionais na atuação junto às comunidades.

APS e Educação Popular em Saúde no cuidado aos povos das águas

Esse módulo ocorreu por via remota, através de videochamada no Google Meet, durante o dia 8 de maio de 2025. O encontro se iniciou com a retomada da análise dos princípios do SUS, suas ori-

gens e sua aplicação prática, bem como dos diferentes modelos de atenção à saúde. Houve a divisão em subgrupos para discutir as perguntas-chave: “Que modelos de atenção à saúde você identifica no seu cotidiano? Quais características desses modelos você considera que favorece ou dificulta a concretização dos princípios do SUS?”.

Nos grupos, foram debatidas as limitações dos modelos hegemônicos: o biomédico e o sanitário, evidenciando as contradições entre demanda espontânea e necessidades de saúde. Também foram debatidos os fundamentos da ESF, bem como a necessidade de ampliar o cuidado, considerando os contextos socioculturais, a complexidade do processo saúde-doença e a valorização do vínculo, tendo em vista a efetivação da integralidade e a importância da vigilância em saúde.

Ao discutir sobre os processos de trabalho na APS, foram observadas compreensões reducionistas, mas também ampliadas, do cuidado por parte dos participantes. Segundo os profissionais, a comunidade também dificulta a incorporação de um modelo de saúde centrado na pessoa, porque, por estarem habituados à lógica biomédica de medicalização e focada em exames, muitas vezes enxerga a saúde como bem de consumo, o que acaba por sobrecarregar o sistema.

Embora o trabalho em saúde seja atravessado por múltiplos condicionantes e limitações institucionais, os profissionais devem tensionar práticas que fortalecer ações interprofissionais, de vigilância em saúde e de ampliação do olhar sobre o território. Processos formativos como esse constituem espaços fundamentais de Educação Popular em Saúde, pela troca de saberes e reflexão crítica sobre as necessidades do território. Também foi enfatizada a importância da Vigilância em Saúde como prática que ultrapassa a lógica centrada apenas na demanda espontânea, exigindo uma postura ativa das equipes na leitura do território, na identificação de vulnerabilizações e na antecipação de agravos e necessidades, a partir do reconhecimento dos processos sociais, ambientais e do trabalho que condicionam a saúde das populações.

Saúde e Ambiente: desastres Socioambientais, Mudanças Climáticas e Saúde da População das Águas

Seguindo com a dinâmica de formato remoto, no dia 22 de maio de 2025, houve uma apresentação de imagens para promover uma reflexão inicial para que o grupo reconhecesse os empreendimentos e conflitos presentes em seus locais de atuação. Seguiu-se uma exposição de slides acerca dos desastres socioambientais, das mudanças climáticas e da Saúde da População das Águas, conduzida pela convidada Ornela Fortes (CPP). Como recurso disparador, foi apresentado o videoclipe “Lama”, da banda Mulamba, com a orientação de que os participantes registrassem palavras sobre imagens, sons e trechos da letra que mais lhes chamassem a atenção. Essas reflexões serviram de base para o compartilhamento das vivências de cada território. Foram discutidos os conceitos de “desastre socioambiental”, “crime ambiental” e “injustiça socioambiental”, relacionados a eventos como os ocorridos em Mariana e Brumadinho e o derramamento de petróleo no Nordeste, evidenciando que esses impactos não atingem a todos da mesma forma e penalizam sobretudo comunidades periféricas, ribeirinhas e tradicionais.

O debate incluiu o resgate do conceito de racismo ambiental a partir da exposição do vídeo “Interfaces do racismo: Racismo Ambiental”, relacionando a discussão às realidades locais, como os impactos da carnicultura, da cana-de-açúcar e da falta de saneamento básico, permitindo aos cursistas conectar teoria e prática e enxergar essas questões sob uma nova perspectiva. Como destaque, foram apontados pelos profissionais conflitos relacionados à presença de grandes açudes e reservatórios que ficam restritos a latifúndios, privando a população do acesso à água; o contraste do extremo enrique-

cimento dos empresários com o adoecimento dos trabalhadores, que são expostos constantemente a agrotóxicos; e o fato de que os empreendimentos chegam às comunidades vendendo uma ilusão de desenvolvimento, omitindo os reais impactos negativos de suas atividades.

Os participantes refletiram também sobre as deficiências em suas formações para lidar com grupos vulnerabilizados e relataram como o preconceito no atendimento à saúde ainda é uma barreira de acesso importante em seus territórios.

Ao final do módulo, os cursistas conseguiram identificar melhor os conflitos socioambientais em seus territórios e seus impactos na saúde e nos meios de subsistência da população, destacando o papel das equipes de saúde na identificação de riscos e na notificação das situações de injustiças.

Cartografias sociais e olhares das ameaças e proteções nos territórios - Tempo Comunidade 1

Esse módulo ocorreu no Auditório do Centro de Educação da UFPB no dia 12 de junho de 2025 e foi destinado à apresentação do Tempo Comunidade 1. Para essa atividade, os cursistas foram orientados a construir um mapeamento participativo e dinâmico dos territórios da pesca artesanal, utilizando mapas gráficos ou desenhados em cartolinas, além de vídeos, fotos, áudios e mapas mentais. Com o apoio dos facilitadores, os grupos receberam um roteiro flexível que orientava sobre pontos importantes a serem abordados, como a representação do território e das comunidades pesqueiras, a identificação dos impactos socioambientais, das condições de vida e trabalho, das redes de apoio e de cuidado, bem como dos principais problemas de saúde atrelados ao ambiente e ao ofício da pesca.

Nas apresentações, os participantes destacaram a pressão social exercida por empresas potencialmente poluidoras: indústria alimentícia, indústria automotiva e carcinicultura, responsáveis pelo desmatamento e pelo despejo de resíduos químicos nos mangues, como ocorre em Bayeux e Pitimbu, o que agrava as condições críticas de saneamento básico já enfrentadas pelos povos das águas.

Quanto ao perfil populacional, os profissionais verificaram que suas comunidades englobam pescadores, marisqueiras, povos quilombolas e indígenas (como na Baía da Traição), que exercem suas atividades em rios, marés e portos. Socialmente, o grupo expôs que esses grupos mantêm tradições vivas por meio de festas religiosas, artesanato, corridas de canoa e movimentos de resistência histórica e ambiental, como a luta contra a privatização de praias. A rede de apoio era formada por colônias, associações e práticas de cuidado tradicional baseadas no uso de plantas.

No âmbito da saúde, embora existissem Unidades Básicas de Saúde em todos os territórios, o acesso em algumas localidades foi exposto como prejudicado pela violência de facções criminosas e por conflitos policiais. O perfil de adoecimento da população refletia tanto as condições de trabalho (com dores na coluna, doenças osteomusculares e intoxicações por produtos químicos) quanto a precariedade ambiental, que resulta em infecções gastrointestinais, doenças de pele e úlceras causadas pela água contaminada. Também foram registrados problemas de saúde mental (ansiedade e medo), uso abusivo de álcool e doenças transmissíveis, como sífilis e tuberculose.

Os cursistas relataram que, inicialmente, houve certa insegurança na condução da construção da cartografia, mas que a experiência teve grande aproveitamento, pois possibilitou o contato com partes do território que ainda não conheciam presencialmente, como as vilas de pescadores, além da escuta direta dos pescadores contando sobre suas próprias vivências no território. A experiência foi definida pelos profissionais como uma forma de despertar para o território.

Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Pesca Artesanal

O encontro ocorrido no dia 26 de junho de 2025, no Centro de Ciências Médicas da UFPB, versou sobre as temáticas da Seguridade Social, no contexto da população da pesca artesanal e dos direitos previdenciários, e da Saúde do Trabalhador, especialmente sobre o reconhecimento dos agravos decorrentes do trabalho, pouco discutidas pelas equipes de saúde da APS e que impactam a realidade da ESF.

Mediante um estudo de caso, estratégia de metodologia ativa de ensino-aprendizagem, os participantes, divididos em grupos, articularam seus processos de trabalho às relações de adoecimento no território. O beneficiamento do marisco, o cozimento e a debulha, tarefas exercidas principalmente pelas mulheres, são etapas do processo de trabalho que geram adoecimento em função da exposição à fumaça e dos movimentos repetitivos associados à debulha. Um dos avanços mais significativos proporcionados pelo curso, apontados pelo grupo, foi o conhecimento acerca da CAT e de sua importância no auxílio ao trabalhador ao estabelecer o nexo causal entre o adoecimento e o trabalho, para o acesso aos direitos previdenciários.

Também foram apontados os principais riscos existentes relacionados ao adoecimento físico e mental dos pescadores e às questões ambientais, além das limitações enfrentadas pelos pescadores no acesso aos serviços da APS, como, por exemplo, o horário de funcionamento da Unidade de Saúde.

Imersão na atividade da pesca no território e uso da Carteira de Saúde do Trabalhador da Pesca Artesanal (CSTPA) - Tempo Comunidade 2.

No módulo final, realizado nos dias 10 e 11 de julho de 2025 na UNICAP de João Pessoa, a Imersão Territorial foi adotada como eixo pedagógico central. Profissionais de saúde, discentes e professores tutores estiveram incumbidos de acompanhar um dia de trabalho na pesca artesanal em seus territórios e, em seguida, compartilhar nesse encontro tais vivências, identificando riscos associados e casos suspeitos de doenças relacionadas ao trabalho.

Durante a vivência, os cursistas deveriam fazer uso da CSTPA, consolidando-a como uma ferramenta de cuidado, resistência e reconhecimento da identidade de pescadores e pescadoras. Esse instrumento, concebido como um produto técnico-tecnológico de doutorado em andamento de Ana Catarina Leite Vêras Medeiros, nasceu a partir de um inquérito epidemiológico realizado no litoral de Pernambuco entre 2021 e 2022. A CSTPA foi criada com o propósito de atuar como um dispositivo de vigilância popular em saúde e emancipação social, permitindo que os próprios trabalhadores monitorem seus processos de saúde-doença e riscos socioambientais. A experiência prática dos cursistas no preenchimento do documento foi avaliada como essencial, tendo em vista a vasta quantidade de dados de saúde e trabalho que a carteira abrange, funcionando não apenas como um prontuário portátil, mas como um indutor de diálogo de saberes entre a comunidade e a Rede de Atenção à Saúde (RAS).

No contato com os pescadores do território, os cursistas relataram que puderam identificar as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, em razão de uma rotina marcada pela longa jornada de trabalho na pesca. Também observaram, na prática, como se dão os processos de trabalho, desde a cação/pesca até o beneficiamento e, conseqüentemente, os riscos de adoecimento discutidos ao longo do curso, associados às doenças musculoesqueléticas, de pele e ginecológicas.

Figura 4 - Vivência no território



Fonte: Acervo da pesquisa (2025).

Os relatos dos profissionais também evidenciaram a forma como os pescadores se relacionam com o território e a natureza. Eles perceberam que as comunidades possuem uma conexão distinta com o tempo e com o meio ambiente, guiada por um ritmo próprio. Nas conversas com os pescadores, os cursistas reconheceram a importância dos saberes desses povos sobre o território, as marés e o meio ambiente de forma geral. Ao mesmo tempo, emergiram contradições sociais importantes, como a falta de reconhecimento, por parte de alguns pescadores, da relevância da carteira de pescador, o que evidencia a minimização da necessidade do registro e a incompreensão acerca de sua importância para o exercício da atividade e para a garantia de direitos.

Os profissionais também entraram em contato com a dimensão cultural da pesca. Eles tiveram a oportunidade de conhecer os diversos instrumentos utilizados na atividade e de vivenciar outras etapas do processo de trabalho por meio de vivências práticas, como a confecção de materiais de pesca, de caicos e de sapatos de borracha pelas próprias pescadoras para o acesso ao mangue, além de práticas como banho de argila e barro. Destacou-se, sobretudo, a presença do tráfico de drogas nas comunidades, que tem se consolidado como uma alternativa para parte da juventude local, especialmente diante do afastamento progressivo dos jovens da pesca artesanal, motivado pela falta de perspectivas de vida e de oportunidades socioeconômicas.

Ademais, os profissionais relataram terem se sentido fortemente sensibilizados diante da invisibilidade dos povos das águas. Como desdobramentos da experiência, reforçaram a urgência da notificação de doenças e acidentes de trabalho, da ampliação da escuta e do cuidado no território, do fortalecimento de parcerias com universidades, movimentos sociais e gestores e da promoção de ações educativas destinadas à juventude e aos pescadores.

Um ponto de grande relevância em toda a experiência de formação foi a presença do CEREST no processo, a qual se revelou mais do que uma transferência técnica, representando uma oportunidade fundamental de renovação de suas práticas e perspectivas. O contato estreito com a realidade do território possibilitou aos cursistas compreender as diferenças culturais e os saberes ancestrais que

regem a vida nas águas, elementos que muitas vezes escapam aos protocolos rígidos do cotidiano. Assim, a imersão na rotina da comunidade e o diálogo com os trabalhadores da pesca fortaleceram vínculos de confiança, legitimando a atuação do CEREST como um parceiro presente e sensível às demandas locais.

Por fim, surgiram importantes propostas de intervenção que partiram dos cursistas em Pitimbu, tendo como um dos desdobramentos mais significativos o início de atendimentos semanais da Unidade de Saúde na sede da AMA, com o reforço, pela equipe, da utilização da CSTPA durante os atendimentos aos pescadores. Além disso, houve o encaminhamento prático junto ao CEREST para a realização de oficinas nas unidades de saúde. A experiência também inspirou o planejamento de uma proposta de curso de qualificação da APS dos Povos das Águas, apresentada ao secretário de pesca de Baía da Traição, com a perspectiva de construção de um curso realizado pela prefeitura, em conjunto com os pescadores, tomando como referência o percurso e os aprendizados deste curso de aperfeiçoamento. Para manter a mobilização, o grupo segue articulado via WhatsApp.

Reflexão de fundo: a análise crítica da vivência

A experiência analisada evidencia o distanciamento histórico entre a APS e a realidade concreta dos povos das águas, especialmente no que se refere ao reconhecimento de seus modos de vida, processos de trabalho e inserção em territórios marcados por conflitos socioambientais. Tal distanciamento limita a capacidade da APS de compreender o processo saúde-doença em sua complexidade, frequentemente reduzindo-o a dimensões biológicas e desconsiderando as determinações estruturais que condicionam a vida e o adoecimento dessas populações (Breilh, 2013).

Sob a perspectiva da DSS, compreende-se que os agravos vivenciados pelos povos da pesca artesanal estão intrinsecamente relacionados às formas de organização do trabalho, às condições ambientais e às relações de poder que estruturam esses territórios (Breilh, 2013). No caso da pesca artesanal, a exposição a contaminantes, a precarização do trabalho e a insegurança territorial configuram-se como expressões dessas determinações, impactando diretamente os processos de saúde e adoecimento (Mota; Pena, 2014).

Nesse contexto, o racismo ambiental constitui uma chave analítica fundamental para compreender a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais, que incidem de forma mais intensa sobre populações tradicionais, como os povos das águas, historicamente invisibilizadas e com acesso limitado a políticas públicas (Acselrad, 2002; Porto; Rocha; Farsanello, 2021). Articulada a essa perspectiva, a Vigilância em Saúde, quando orientada por uma abordagem territorial e crítica, amplia sua capacidade de apreender a determinação dos processos de adoecimento. Destaca-se, nesse campo, a Vigilância Popular em Saúde, que incorpora o protagonismo das comunidades na produção de informações, na identificação de riscos e na luta por direitos, constituindo-se como estratégia fundamental para o enfrentamento das injustiças socioambientais (Porto; Rocha; Farsanello, 2021; Vasconcelos; Schmaller, 2014).

O processo formativo revelou-se como um espaço potente de Educação Popular em Saúde e EPS, caracterizado por uma ampla troca de saberes. Durante todo o curso, foram empregadas metodologias ativas e diversificadas de ensino-aprendizagem, coerentes com a concepção da EPS, que compreende o processo educativo como construção coletiva do conhecimento, fundamentada na participação ativa dos sujeitos, em contraposição ao modelo centrado na transmissão de informações

(Ferreira et al., 2019; Schweickardt et al., 2015). Ao se fundamentar na escuta dos trabalhadores e nas demandas reais dos territórios, bem como na realização de vivências dos profissionais de saúde junto às comunidades estudadas, o curso aproximou-se dos princípios da EPS, superando a lógica da educação continuada, baseada na reprodução verticalizada de conteúdos, e favorecendo a transformação das práticas em saúde (Brasil, 2009; Higashijima et al., 2025).

Estratégias como a cartografia social, entendida como uma prática participativa que valoriza as experiências, percepções e saberes dos participantes na construção conjunta de sentidos sobre o território (Gorayeb et al., 2015), e o Tempo Comunidade desempenharam papel central no processo formativo, ao possibilitarem a construção coletiva de leituras territoriais. Ao elaborarem mapas em conjunto com a comunidade, os profissionais passaram a identificar fatores estruturantes relacionados aos processos de adoecimento, ampliando sua compreensão para além de uma perspectiva individualizada (Breilh, 2003).

O cenário inicial, marcado pelo desconhecimento da PNSIPCFA e pela limitada compreensão sobre a realidade da pesca artesanal, contribuiu para explicitar a fragilidade no reconhecimento da relação entre trabalho e adoecimento, evidenciada na subutilização da CAT. A partir da imersão nos territórios, os cursistas foram mobilizados a ressignificar suas práticas, desenvolvendo maior capacidade de resposta às necessidades dos povos das águas, reconhecendo que a compreensão das condições concretas de vida e trabalho é essencial para qualificar o cuidado (Mota; Pena, 2014).

A formação desenvolvida também promoveu o rompimento com a hierarquização dos saberes, ao reconhecer pescadores e pescadoras como protagonistas na produção do conhecimento. Nesse movimento, o saber técnico-científico foi tensionado e reorientado a partir da experiência concreta dos sujeitos do território, diretamente afetados pelo racismo ambiental e pela precarização do trabalho. Sob a perspectiva da EPS, o curso favoreceu a reflexão crítica dos profissionais sobre o cotidiano dos serviços, possibilitando a aproximação com os problemas vivenciados pelas comunidades e estimulando a construção coletiva de ações para seu enfrentamento. O processo de trabalho passou a constituir o próprio objeto de aprendizagem e transformação, fortalecendo a autonomia dos profissionais para analisar sua prática e propor soluções entre as próprias equipes, em harmonia com os princípios da EPS (Ferreira et al., 2019). Tal perspectiva também dialoga com a concepção freireana de práxis (ação-reflexão-ação), ao afirmar que a transformação das práticas se constrói no encontro entre diferentes saberes e na problematização crítica da realidade (Freire, 1970).

Nesse percurso, a experiência também destaca a ação extensionista ao promover a articulação entre ensino, serviço e comunidade, com produção compartilhada de conhecimentos a partir das demandas concretas dos territórios. A extensão, compreendida em sua perspectiva crítica, ultrapassa a lógica de transferência de saberes e se afirma como um espaço de diálogo horizontal, no qual universidade, serviços de saúde e comunidades constroem, conjuntamente, respostas para problemas socialmente relevantes. Tal movimento fortalece o compromisso social da formação em saúde e contribui para a construção de práticas mais sensíveis às realidades locais (Gadotti, 2017).

O percurso analisado reafirma que a aproximação entre a APS e os povos das águas exige o fortalecimento de estratégias estruturantes, como a EPS, articuladas à efetivação de políticas públicas voltadas a essas populações. A construção do conhecimento com os povos das águas, e não sobre eles, mostrou-se fundamental para o enfrentamento das iniquidades produzidas pela DSS e pelo racismo ambiental, contribuindo para a consolidação de práticas de cuidado mais integrais, territoriais e socialmente comprometidas (Vasconcelos; Schmaller, 2014; Cruz et al., 2024).

Considerações finais: pontos de chegada

Os momentos vividos evidenciam que a efetivação do cuidado integral à saúde é inseparável da compreensão das dinâmicas territoriais e do reconhecimento da conexão entre trabalho e adoecimento. Ao se constituir como uma estratégia de EPS, o curso tomou a vivência dos profissionais junto às comunidades tradicionais da pesca artesanal como o ponto central para a construção do conhecimento e transformou o cotidiano do trabalho em um espaço de formação crítica. A vivência pedagógica proporcionou aos profissionais de saúde um despertar frente à invisibilidade histórica que marginaliza pescadores e marisqueiras, ao mesmo tempo em que fortaleceu a integração entre ensino, pesquisa e extensão e ampliou o caráter formativo do projeto, inserindo os discentes em dinâmicas reais de construção coletiva de todo o processo proposto.

Observou-se que a formação favoreceu o reconhecimento da determinação social do processo saúde-doença, possibilitando às equipes problematizar práticas previamente naturalizadas, identificar nexos entre condições de trabalho e adoecimento e refletir criticamente sobre os limites e potencialidades do cuidado na APS. A sistematização permitiu evidenciar que a formação, quando orientada pelos princípios da educação popular e da EPS, constitui um dispositivo eficaz de transformação das práticas, contribuindo para a construção de um cuidado mais integral, territorializado e comprometido com a equidade.

Essa imersão permitiu que o olhar das equipes ultrapassasse as paredes da unidade de saúde, ancorando-se na realidade viva do território pesqueiro. Ao vivenciar o cotidiano das comunidades e a dureza da lida com as redes e o mar, os profissionais puderam compreender que o trabalho da pesca não é apenas uma ocupação, mas um modo de vida que dita o ritmo dos corpos e as necessidades de cuidado. Essa proximidade estreitou os vínculos de confiança e evidenciou a necessidade de uma atenção à saúde voltada aos riscos específicos dessa atividade, transformando o território em um espaço pedagógico.

Figura 5 - Grupo de formação e equipes de saúde



Fonte: Acervo da pesquisa (2025).

As inquietações revelam que o processo também trouxe à tona desafios estruturais que seguem produzindo angústia e demandam enfrentamento contínuo. Entre eles, destacam-se as barreiras previdenciárias, marcadas pela racionalidade burocrática do INSS, que desconsidera a realidade clínica e o desgaste físico imposto pela atividade pesqueira, configurando-se como um importante entrave à efetivação da proteção social do trabalhador. Soma-se a isso a dificuldade de superação de modelos assistenciais hegemônicos, ainda fortemente médico-centrados e orientados pela lógica da produtividade, o que tensiona o cotidiano das equipes e limita a construção de um olhar mais sensível aos saberes tradicionais.

O “ponto de chegada” aponta para caminhos do inédito viável, como a descentralização do cuidado da UBS para o território, a exemplo do observado em Pitimbu, onde são realizados atendimentos semanais na AMA, buscando a equidade na ampliação do acesso ao cuidado e aproximando o SUS dos locais de vida e trabalho das comunidades. Soma-se a isso a necessidade de uma formação multiplicadora, incentivando que os próprios municípios, em parceria com pescadores e o CEREST, desenvolvam cursos de qualificação local fundamentados no protagonismo dos povos tradicionais. Destaca-se, portanto, que a articulação em rede, com a manutenção e ampliação dos canais de comunicação e de apoio entre profissionais, movimentos sociais e a Universidade, constitui elemento fundamental para sustentar processos formativos em movimento, como o proposto neste estudo.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo GRETAS da UFPB, com recursos do CNPq, por meio do Edital 21/2023 – Estudos Transdisciplinares em Saúde Coletiva, com o apoio do MS. Agradecemos à Fiocruz/PE e ao LASAT pela oportunidade de parceria. Agradecemos também às pescadoras e a todos os trabalhadores que participaram do curso e que ao compartilharem de seus saberes e experiências foram essenciais para a realização deste estudo.

Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 abr. 2026.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.5, p.49-60, 2002. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/22116>. Acesso em: 12 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília, DF: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 25 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiente_populacoes_campo_floresta_aguas.pdf. Acesso em: 25 dez. 2025.
- BREILH, J. **Epidemiologia crítica**: ciência emancipadora e interculturalidade. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2003.
- BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 31, n. 1, p. 13-27, 2013.
- BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie**: Race, class, and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1990.
- CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004.
- CRUZ, P. J.S.C. *et al.* Educação popular em saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, e230550, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.230550>.
- FERREIRA, Lorena; BARBOSA, Júlia Saraiva de Almeida; ESPOSTI, Carolina Dutra Degli; CRUZ, Marly Marques da. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 223-239, jan./mar. 2019. DOI: 10.1590/0103-1104201912017.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- GADOTTI, M. **Extensão universitária**: para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 12 abr. 2026.
- GONÇALVES, J.E. *et al.* Condições socio-ocupacionais e saúde de pescadores expostos ao desastre-crime do petróleo em Pernambuco. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, e240050, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240050.2>.
- GORAYEB, A.; MEIRELES, A.J.A.; SILVA, E.V. (org.). **Cartografia social e cidadania**: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015.

HIGASHIJIMA, M.N.S. *et al.* Princípios e características da Educação Permanente em Saúde: resgate e resistência em favor de um SUS potente e em defesa da vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, supl. 1, e05902023, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.0590202>.

HOLLIDAY, O.J. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. rev. Brasília: MMA, 2006.

LIMA, LIMA, A.J.P. **Práticas de atenção à saúde dos trabalhadores da pesca artesanal na atenção básica**. 2023. 85 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

LOPES, I.B.S. *et al.* Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, p. e5, 2021.

MOTA, S.E.; PENA, P.G.L. Pescador e pescadora artesanal: estudo sobre as condições de trabalho e saúde em Ilha de Maré, Bahia. In: PENA, P.G.L.; MARTINS, V.L.A. (org.). **Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 31-51.

PENA, P.G.L.; GOMEZ, C.M. Saúde dos pescadores artesanais e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4689-4698, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.13162014>.

PENA, P.G.L.; MARTINS, V.; REGO, R.F. Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 57-68, 2013.

PORTO, M.F.S.; ROCHA, D.F.; FASANELLO, M.T. **Saúde, ecologias e emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s)**. São Paulo: Hucitec, 2021.

RÊGO, R.F. *et al.* Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos: da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o SUS. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, supl. 1, e10s, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000003618>.

SCHWEICKARDT J.; LIMA, R.T.S.; CECCIM, R.B. *et al.* **Educação permanente em gestão regionalizada da saúde: saberes e fazeres no território do Amazonas**. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2015.

SOUTO, A.S. *et al.* Conflitos e injustiças socioambientais na RESEX Acaú-Goiana: resistência e saúde coletiva nos territórios pesqueiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, p. 1-16, 2024.

VASCONCELOS, K.E.L.; SCHMALLER, V.P.V. Promoção da saúde: polissemias conceituais e ideopolíticas. In: COSTA, M.D.H.; VASCONCELOS, K.E.L. (org.). **Por uma crítica da promoção da saúde: condições e potencialidades no contexto do SUS**. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 47-110.